

## EXPIRADA A LEI AGRÍCOLA, USDA REDUZ COMPENSAÇÃO AO ALGODÃO

No dia 30 de setembro, a lei agrícola norte-americana de 2008, que já havia sido prorrogada por um ano, expirou. O Congresso retornou à sua agenda legislativa no dia 9 de setembro com somente nove dias restantes para negociar e votar em uma nova lei agrícola, mas os desafios orçamentários tomaram a prioridade na agenda parlamentar. A falta de acordo sobre questões orçamentárias e opiniões divergentes sobre a nova lei de seguro de saúde, levaram ao fechamento do governo federal nos EUA, exceto dos serviços considerados essenciais à saúde pública e segurança.

O Secretário de Agricultura, Tom Vilsack, havia anunciado em agosto que, por causa do sequestro orçamentário, os EUA seriam forçados a reduzir o pagamento compensatório do algodão ao Brasil. Na verdade, o acordo estipula que US\$12 milhões de dólares sejam pagos ao Brasil no final de cada mês (em um total de US\$147 milhões anuais). Mas no dia 30 de setembro, somente US\$4,7 milhões foram pagos ao Instituto Brasileiro do Algodão. Este incidente constitui uma quebra do acordo interino entre os dois países, que havia sido negociado para evitar a retaliação no âmbito da Organização Mundial de Comércio (OMC). O acordo seria vigente até que uma nova lei agrícola fosse aprovada. Contudo, pela regra de contenciosos, o Brasil deve esperar 60 dias antes de poder retaliar.

A Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) no Brasil se reuniu no dia 3 de outubro. Durante a reunião, foi solicitada autorização para notificar o governo americano sobre a insatisfação do governo brasileiro em relação ao pagamento parcial da compensação do algodão, bem como foi autorizada a reconvocação dos trabalhos do grupo de retaliação para instrução e análise do processo, até dia 30 de novembro.

Sobre a tramitação da lei agrícola, como previsto, a Câmara aprovou a medida sobre o programa de auxílio à alimentação, que havia sido removida da proposta. O próximo passo será juntar as duas propostas na Câmara, seguido da nomeação dos membros do comitê de conferência para negociar a versão final da proposta da lei agrícola com o Senado.

Atualmente a lei agrícola é renovada a cada cinco anos.

O seguro de safras e subsídios, assim como a assistência alimentar, continua operando mesmo com a lei expirada. Os subsídios de safra são vigentes até o final do ano de comercialização para safras de 2013, ou seja, até início de 2014. O prazo de 1º de janeiro de 2014 seria uma data importante para antecipar uma ação do Congresso com relação à lei agrícola porque os preços de consumo do leite poderiam dobrar mediante a reativação da lei permanente de 1949 que entraria em efeito.

### Nesta Edição

EUA fecha parcialmente o Governo Federal	Pág. 02
Obama precisará da TPA para aprovar acordos de comércio	Pág. 02
Senadores defendem inclusão do câmbio em futuros acordos	Pág. 03
EUA e Brasil realizam reunião do ATEC em Brasília	Pág. 04
Negociações dos Estados Unidos com a União Europeia	Pág. 05
Acordo Internacional de Serviços (TISA)	Pág. 06
FDA anuncia reuniões públicas sobre o FSMA	Pág. 07
Diálogo estratégico de energia cancelado	Pág. 07
Temas da reunião do Conselho de Exportação do Presidente	Pág. 08



Criado em 2000, o Brazil Industries Coalition (BIC) é uma entidade sem fins lucrativos, independente e estabelecida de acordo com a legislação norte-americana, dedicada à representação do setor privado brasileiro em Washington, D.C. A missão do BIC é defender, perante o Congresso e Executivo norte-americanos, os interesses do setor privado brasileiro e desenvolver um trabalho para promover a sólida parceria entre o Brasil e os Estados Unidos nas áreas de comércio, investimento, inovação e energia.

## EUA fecha parcialmente o Governo Federal

---

O governo federal norte-americano fechou grande parte de suas operações a partir de 1º de outubro por falta de acordo no Congresso sobre as verbas orçamentárias das agências governamentais. Os recursos só estavam aprovados até 30 de setembro. O último fechamento parcial foi em 1995-1996, quando o governo federal fechou por 21 dias, devido a discórdias entre o ex-presidente Clinton e o Congresso sobre assuntos orçamentários.

Estima-se que a economia local de Washington, D.C. perca em torno de US\$200 milhões de dólares por dia e que a questão poderá causar uma perda de 0,3 pontos percentuais do crescimento econômico no quarto trimestre de 2013. Especialistas indicaram que o governo já fechou 17 vezes desde 1979, mas que um fechamento prolongado só ocorreu uma vez.

A cada ano, o Congresso aprova 12 projetos de lei fornecendo recursos para as agências federais, mas ultimamente, a maioria desses fundos vem sendo aprovados por meio de resoluções. Desta vez, o problema surgiu por uma disputa ideológica entre a Câmara e o Senado sobre a lei de seguros de saúde, a qual foi originada pelo presidente Obama.

O fechamento do governo federal não atinge 100% do serviço público. Estima-se que por volta de 800.000 servidores públicos estão sendo afetados. Aqueles considerados essenciais para a saúde e a segurança nacional, segurança pública ou programas financiados dentro da lei permanente, estão isentos da dispensa temporária. Funcionários da Administração de Alimentos e Bebidas (*Food and Drug Administration*) e Alfândega estarão trabalhando, pois suas funções de importação, detenção e monitoramento, são consideradas essenciais. Os Congressistas também continuarão trabalhando, já que seus salários são providos pela lei permanente. No entanto, grande parte dos assessores do Congresso e da Casa Branca, foi dispensada. O serviço de vistos e passaportes poderá ser interrompido, mas a maioria das agências de passaportes estará aberta, pois têm fundo próprio.

Para que o governo federal volte a funcionar normalmente, o Congresso deve aprovar a lei orçamentária e o Presidente Obama precisa assiná-la.

## Obama precisará da TPA para aprovar acordos de comércio

---

Durante uma reunião do Conselho de Exportação da presidência em setembro, o presidente Obama explicou que precisará da autoridade de promoção comercial (*Trade Promotion Authority - TPA*) aprovada pelo Congresso. Ele crê que existe apoio bipartidário para aprovar a medida, a qual será necessária para a aprovação dos acordos sendo negociados atualmente pelos EUA. Este é um mecanismo pelo qual o Congresso norte-americano autoriza o presidente a negociar acordos comerciais que, posteriormente, são aprovados ou rejeitados pelo Congresso sem possibilidade de emendas.

O Representante Comercial dos EUA, que também participou da reunião, informou ao Conselho que está trabalhando com o Congresso para apresentar uma proposta legislativa que incluirá a TPA e o auxílio aos trabalhadores afetados pelo comércio (*Trade Adjustment Assistance - TAA*). O partido republicano já indicou que não apoiará a junção das duas medidas, mas de acordo com um assessor sênior do Subcomitê de Comércio de Ways and Means, é provável que eles aceitem aprovar um pacote que contenha o TAA em troca do suporte ao TPA pelos democratas. De acordo com o assessor, provavelmente este pacote só irá se concretizar no final deste ano e contenha várias propostas legislativas de comércio, tais como a renovação do Sistema Geral de Preferências (SGP), a *Miscellaneous Tariff Bill* e a reautorização e modernização aduaneira.

O presidente do Comitê de Finanças, Senador Max Baucus (democrata de Montana) afirmou que uma de suas prioridades para este ano é a elaboração da proposta da TPA. O presidente Obama entende que precisará da TPA para finalizar as negociações da Parceria Trans-Pacífica (TPP) até o fim deste ano, assim como o avanço do acordo de serviços e as negociações de um acordo de livre comércio com a União Europeia.

## Senadores defendem inclusão do câmbio em futuros acordos

---

No final de setembro, sessenta Senadores enviaram uma carta ao Representante Comercial dos Estados Unidos, Michael Froman, e ao Secretário do Tesouro, Jack Lew, afirmando que a Parceria Trans-Pacífica e outros futuros acordos comerciais deverão incluir cláusulas contra a manipulação do câmbio por governos estrangeiros. O grupo bipartidário, que inclui mais de uma dúzia de membros do Comitê de Finanças do Senado, que supervisiona a política comercial, afirmou que a manipulação da moeda “pode anular ou reduzir bastante os benefícios de um acordo de livre comércio e pode ter um impacto devastador sobre as empresas e os trabalhadores norte-americanos.” A carta apontou para um estudo do The Peterson Institute for International Economics, um think tank em Washington, que alega que cinco milhões de empregos nos Estados Unidos se perderam pela manipulação do câmbio. Argumentos semelhantes foram feitos através de uma carta enviada ao Presidente Obama em junho por 230 membros da Câmara dos Deputados.

Atualmente, quatro projetos de lei sobre o câmbio tramitam no Congresso. Na Câmara, HR1276 do Deputado Sander Levin (democrata de Michigan) e HR 1174 do Deputado Kevin Brady (republicano do Texas). No Senado, S238 do Senador Mike Lee (republicano de Utah) e S1114 do Senador Sherrod Brown (democrata de Ohio). Atualmente não há previsão da aprovação destes projetos no Congresso.

## Relatórios do serviço de pesquisas do Congresso (CRS)

---

- Exportação de Gás Natural: Oportunidades e Desafios

Com a descoberta de novas reservas de gás natural nos EUA, aumentaram as previsões de exportação do produto. Os EUA preveem que passarão de importadores para exportadores de gás natural em 2020. O Congresso discute os efeitos do aumento das exportações: como afetará os preços do mercado local, a necessidade de regulação do setor e as implicações ambientais.

Para maiores informações, [acesse](#).

- Fundos para a política de incentivo à competitividade (COMPETES)

O COMPETES é um conjunto de programas, políticas e atividades de pesquisa voltadas para pesquisa e desenvolvimento, educação, mercado de trabalho, tributos, patente, imigração, telecomunicações, entre outros, considerados fundamentais para garantir a liderança dos EUA em empreendimentos científicos e tecnológicos.

O relatório faz um levantamento histórico dos fundos do COMPETES, incluindo os valores atualmente disponíveis para os programas existentes.

Para maiores informações, [acesse](#).

- Extensão da Lei Agrícola de 2008

O Congresso Americano ainda discute a aprovação da Lei Agrícola 2013. O relatório discute as implicações da extensão da Lei Agrícola de 2012, fato que deve ocorrer caso a Lei de 2013 não seja aprovada.

Para maiores informações, [acesse](#).

- Política Fiscal Energética: Questões do 113º Congresso

O relatório discute a renovação da política fiscal de energia como parte de uma legislação abrangente de reforma tributária no 113º Congresso. O orçamento proposto para 2014 propõe uma série de mu-

danças na política tributária de energia, tais como a revogação de incentivos fiscais existentes para os combustíveis fósseis e a criação e expansão de incentivos para veículos de tecnologias alternativas, energia renovável e eficiência energética.

Para maiores informações, [acesse](#).

- Regras Federais para Permissão e Supervisão de Exportação de Combustíveis Fósseis

O relatório discute as leis e regulamentos que regem a exportação de gás natural, bem como outros combustíveis fósseis. O relatório também avalia o efeito de restrições às exportações de combustíveis fósseis em relação às regras de comércio internacional, resultando em violação de artigos do GATT e da OMC.

Para maiores informações, [acesse](#).

- Debate sobre Câmbio: Panorama e Questões para o Congresso

O relatório fornece informações de debates atuais sobre as taxas de câmbio na economia global. Ele oferece uma visão geral de como funciona o câmbio, analisa as divergências e debates específicos e examina estruturas existentes para enfrentar as disputas potenciais do câmbio. Ele também estabelece algumas opções políticas disponíveis para o Congresso, caso os congressistas queiram agir sobre questões de câmbio.

Para maiores informações, [acesse](#).

## EUA e Brasil realizam reunião do ATEC em Brasília

*Criado pelo Brasil e Estados Unidos em março de 2011, o Tratado de Cooperação Econômica e Comercial (ATEC) é um fórum de discussão sobre barreiras ao comércio e investimentos.*

Os governos do Brasil e EUA realizaram em Brasília nos dias 11 e 12 de setembro a reunião anual de alto nível no âmbito da Comissão Brasil-EUA para Comércio e Cooperação Econômica (ATEC). Durante a reunião, as autoridades dos Estados Unidos e do Brasil discutiram uma ampla gama de questões comerciais e de investimentos, incluindo o reforço da cooperação em investimento, inovação e pequenas, médias e micro empresas. A cooperação regulamentar foi destacada como uma área de colaboração em curso com grandes benefícios em potencial para ambos os países.

Esta é a segunda reunião anual de alto nível no âmbito do acordo. A primeira reunião foi realizada em março de 2012 em Washington, D.C.

A Vice-representante de Comércio dos Estados Unidos, Miriam Sapiro, liderou a delegação dos Estados Unidos. O embaixador Enio Cordeiro, subsecretário de Economia e Finanças do Ministério das Relações Exteriores e Daniel Godinho, secretário de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, representaram o Brasil. As discussões técnicas também cobriram acesso ao mercado, regulamentação e questões relativas aos contratos.

“Os Estados Unidos e o Brasil têm um grande e crescente comércio e parceria de investimento, e eu acredito que nós temos o potencial para fazer ainda mais em conjunto para estimular o crescimento econômico e criar mais postos de trabalho nos dois países. Devemos aproveitar essas novas oportunidades,” afirmou a embaixadora Sapiro.

Além disso, a pauta bilateral incluiu acesso ao mercado para produtos agrícolas, papel, etanol, G-20, negociações da parceria trans-pacífica, negociações dos EUA com a União Europeia e negociações do Mercosul com a

União Europeia, entre outros. Ambos os países discutiram perspectivas sobre as diferentes abordagens sobre a política industrial.

O Brasil é o oitavo maior parceiro comercial dos Estados Unidos e o comércio bilateral de bens foi de US\$76 bilhões em 2012. O investimento estrangeiro direto do Brasil nos Estados Unidos foi de aproximadamente US\$5 bilhões em 2011, um aumento de 266% em relação aos níveis de 2010. O investimento estrangeiro direto dos EUA no Brasil foi de US\$71 bilhões em 2011, um aumento de quase 11% dos níveis de 2010.

## Negociações dos Estados Unidos com a União Europeia

A segunda rodada de discussões entre os Estados Unidos e a União Europeia sobre o Comércio Transatlântico e Parceria de Investimento (Transatlantic Trade and Investment Partnership – TTIP) está prevista para 7-11 de outubro em Bruxelas. Nesta ocasião, os negociadores discutirão a possibilidade de incluir demandas sobre cooperação regulatória sobre certos setores. Durante esta sessão, os interessados serão informados pela UE e principais negociadores norte-americanos sobre o estado das negociações e terão a oportunidade de trocar impressões com os negociadores.

Automóveis, produtos químicos e farmacêuticos foram identificados como potenciais áreas de cooperação regulamentar no Grupo de Trabalho de Alto Nível. Mas o grupo também tem sinalizado outros setores de interesse, tais como máquinas e eletrônicos, dispositivos médicos, cosméticos e tecnologias de informação e comunicação (TIC).

Embora ainda estejam considerando quais áreas irão incluir nas negociações, os negociadores norte-americanos estão interessados em enfatizar a transparência no processo regulamentar da UE. Representantes do governo norte-americano reclamaram que a UE não segue as mesmas regras que os EUA para emitir novos regulamentos, tal como enviar as propostas para comentários públicos. Desta forma, o processo se torna menos transparente.

Em agosto o Representante Comercial dos Estados Unidos, Michael Froman, anunciou que as negociações entre os Estados Unidos e a UE iniciariam de fato em outubro de 2013.

A primeira rodada das discussões realizou-se em julho. Alguns destaques desta rodada incluíram os seguintes pontos:

- Os negociadores haviam estabelecido suas abordagens nos grupos de negociação para identificar semelhanças e diferenças, bem como as possíveis formas de reduzir as diferenças. Três pilares formam a base do TTIP: 1) acesso a mercado; 2) áreas de regulação, e 3) regras comerciais. Sob o acesso a mercado, ocorreram discussões sobre bens, serviços, investimentos, contratos públicos e regras de origem. Negociadores levantaram questões de arquitetura, o escopo dos capítulos, os próximos passos e intercâmbio de informações e de dados.
- Na área regulatória, os negociadores cobriram as disciplinas transversais, mas também barreiras técnicas ao comércio, barreiras sanitárias e fitossanitárias, e diversos setores da economia.
- Em regras de comércio, as discussões abrangeram propriedade intelectual, energia e matérias-primas, concorrência, empresas públicas, facilitação de comércio e desenvolvimento sustentável.
- A sociedade civil da UE questionou a inclusão de assuntos sanitários e fitossanitários e bem estar animal nas negociações. A UE respondeu que estes dispositivos já fazem parte das negociações, inclusive as regras de origem. Contudo, ressaltaram que a prática dos EUA é de negociar acordos sobre leis trabalhistas e meio ambiente separadamente.

## Participação dos EUA nas discussões da TPP ameaçada pela paralisação parcial do Governo

---

A última rodada de negociações TPP foi realizada nos dias 18 e 21 setembro, em Washington, D.C. Os negociadores chefes dos 12 países afirmaram que as discussões avançaram em direção à conclusão de muitos pontos, entre eles os capítulos que tratam das questões alfandegárias, telecomunicações, questões sanitárias e fitossanitárias, barreiras técnicas ao comércio, serviços e mão de obra.

Durante esta rodada os negociadores chefes também discutiram abordagens para resolver desafios no âmbito do e-commerce e questões legais e institucionais. Além disso, eles se reuniram com os grupos de negociação que abrangem o acesso ao mercado de bens e compras governamentais. Os EUA também se reuniram com uma série de outros países sobre a questão das empresas estatais.

A próxima reunião de Ministros e líderes da TPP acontecerá no início de outubro, junto com as reuniões do Foro de Cooperação Econômica do Pacífico Asiático (APEC), em Bali, na Indonésia. Os ministros de comércio dos 12 países da TPP se reunirão para discutir as questões remanescentes e os planos para a conclusão da negociação.

## Acordo Internacional de Serviços (TISA)

---

*Iniciado pelos EUA e Austrália, o acordo de comércio internacional de serviços (Trade in Services Agreement - TISA) é uma negociação plurilateral em Genebra entre 50 dos 159 membros da Organização Mundial do Comércio para expandir o comércio em serviços. Os países envolvidos representam 70% do comércio global em serviços.*

As negociações, que excluem o Brasil, iniciaram no primeiro semestre deste ano entre os Estados Unidos, Austrália, Canadá, Chile, China Taipei, Colômbia, Costa Rica, União Europeia, Hong Kong, Islândia, Israel, Japão, Coreia, México, Nova Zelândia, Noruega, Paquistão, Panamá, Peru, Suíça e Turquia.

Na terceira semana de setembro, os 50 países afirmaram que há progresso suficiente para iniciarem as ofertas de acesso ao mercado na próxima reunião em novembro em Genebra. Os Estados Unidos, juntamente com o Japão, já apresentaram uma nova proposta de acesso a mercados, além de anunciar que não vão buscar mudanças nas exceções gerais e de segurança.

O trabalho sobre o texto do acordo também inclui temas como o tratamento nacional e tratamento de nação mais favorecida. A Suíça e o Paquistão apresentaram objeções às questões do tratamento nacional, que exige que os países outorguem o mesmo tratamento nacional às companhias estrangeiras. A oferta apresentada pelos EUA deixa em aberto uma série de questões, tais como tratamento das empresas estatais, e não contém nenhuma disposição em matéria de serviços financeiros.

O Representante de Comércio dos EUA, Michael Froman, disse que seu país tem uma "série de propostas ainda em estudo" e está "considerando ainda a melhor forma de abordar a questão das empresas públicas". Os EUA apresentaram também um anexo em e-commerce e serviços de telecomunicações.

Em certa medida, a nova oferta dos EUA reflete, com algumas mudanças, uma oferta de 2003, apresentada nas negociações do *General Agreement on Trade in Services* (GATS) que fazia parte da Rodada Doha. A oferta original continha exceções no transporte marítimo e transporte aéreo, o que também é o caso da oferta apresentada recentemente. Em uma audiência perante o Comitê de *Ways and Means*, Froman assinalou que a Administração deve manter as práticas de proteção aos serviços marítimos e aéreos, não incluindo tais serviços em futuros acordos comerciais.



## FDA anuncia reuniões públicas sobre o FSMA

---

*A Lei de Modernização da Segurança Alimentar (FSMA) institui novos sistemas de fiscalização preventivos na cadeia produtiva de alimentos.*

No dia 19 de setembro a Agência de Alimentos e Medicamentos (Food and Drug Administration - FDA) realizou, em Washington, D.C., uma reunião aberta ao público sobre as novas propostas regulamentares do Programa de Verificação de Fornecedor Estrangeiro e Certificação de Auditores Terceirizados/Entidades. Além disso, a FDA anunciou reuniões na Califórnia e Miami nas seguintes datas:

- 10 de outubro de 2013: Proposta Regulamentar sobre o Programa de Verificação de Fornecedor Estrangeiro e Certificação de Auditores Terceirizados/Entidades; Miami, FL.

(Este evento é aberto ao público.)

- 22 de outubro de 2013: Proposta Regulamentar sobre o Programa de Verificação de Fornecedor Estrangeiro e Certificação de Auditores Terceirizados/Entidades ; Long Beach, CA. (Este evento é aberto ao público.)

As empresas interessadas terão até 15 de novembro para enviarem seus comentários sobre as duas consultas públicas. Solicitamos aos interessados que comuniquem à Brazilian Industry Coalition (BIC) seu interesse em participar das consultas públicas através do e-mail [bic@bic-us.org](mailto:bic@bic-us.org). Por ordens da corte federal, a FDA deverá publicar todas as propostas regulamentares do FSMA até meados de 2015.

Histórico: em julho foram publicadas pela FDA duas novas propostas regulamentares referentes à nova FSMA. Elas incluem o Programa de Verificação de Fornecedor Estrangeiro (FSVP), onde coloca sobre o importador ou seu agente nos EUA pela primeira vez a responsabilidade de garantir a segurança dos alimentos importados, e a Certificação de Terceiros.

## Diálogo estratégico de energia cancelado

---

As negociações entre o Brasil e Estados Unidos que estavam previstas para se realizarem em Washington, no dia 7 de outubro no âmbito do Diálogo Estratégico de Energia, foram canceladas, ainda sem nova data. Especula-se que a decisão do cancelamento tenha sido influenciada pelas tensões atuais causadas pela espionagem dos Estados Unidos ao Brasil.

O Diálogo Estratégico de Energia foi lançado na ocasião da visita do Presidente Obama ao Brasil em março de 2011. Em abril de 2012, o Diálogo foi realizado entre os dois presidentes. Os objetivos do diálogo incluem desenvolver energia segura e a preços acessíveis para o crescimento econômico, além da transição para uma economia de energia limpa. Desde então os dois países embarcaram em esforços de colaboração para aumentar o comércio de serviços e bens de energia e aumentar a segurança energética. Além disso, os dois países buscam maior interação do setor privado nas discussões, novos meios de combater mudanças climáticas e assegurar o suprimento de energia. Os destaques das conquistas e colaboração em 2012 incluem a área de petróleo e gás natural, biocombustível, biocombustível da aviação, energia hidroelétrica e eólica, eficiência energética, *smart grid* e cooperação em energia nuclear.

## Temas da reunião do Conselho de Exportação do Presidente

---

O Conselho de Exportação do Presidente (*The President's Export Council*) serve como o principal comitê consultivo norte-americano sobre o comércio internacional. Ele informa o presidente Barack Obama sobre políticas e programas que afetam o desempenho comercial dos EUA, promove a expansão das exportações e proporciona um fórum para discutir e resolver os problemas relacionados com o comércio entre os setores governamentais, indústrias, empresarias, agrícolas, entre outros. A sua mais recente reunião aconteceu no dia 19 de setembro de 2013 e contou com a presença do presidente Obama, 28 líderes do setor privado, 5 senadores e 5 deputados norte-americanos, o líder da Conferência de Prefeitos dos EUA, a líder da Associação Nacional de Governadores, juntamente com os Secretários de Agricultura, Comércio, Trabalho e Transporte. Também estavam presentes outros representantes do governo como o Presidente do Banco de Exportação-Importação dos EUA, o Representante de Comércio dos EUA, a diretora da Agência para o Comércio e Desenvolvimento dos EUA, entre outros.

Na reunião foram discutidas e aprovadas oito cartas de recomendações do Conselho para o presidente Obama. Tópicos e temas das cartas incluem a possível aprovação no congresso norte-americano da Autoridade de Promoção Comercial (*Trade Promotion Authority - TPA*), as prioridades para a nona Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio, as barreiras de localização para comércio e investimento, a proteção à propriedade intelectual na Parceria Trans-Pacífico (TPP), a expansão do acordo sobre tecnologias da informação, a reforma de minimis e a reforma do controle de exportação. O presidente Barack Obama aproveitou a reunião para agradecer e destacar a importância do Conselho de Exportação na criação de oportunidades para o crescimento das exportações norte-americanas no comércio internacional.

Para mais informações [acesse](#).

## Preocupações com requisitos de conteúdo local

---

Em setembro, o Conselho de Exportação do Presidente (*The President's Export Council*) enviou ao presidente norte-americano, Barack Obama, uma carta onde eles expressam suas preocupações com os crescentes desafios comerciais apresentados por exigências de conteúdo local e outras formas de barreiras de localização para comércio e investimento. A carta foi deliberada e aprovada para enviar ao presidente Obama na última reunião do Conselho, no dia 19 de setembro. Na carta, o Conselho destaca que nos últimos anos, governos do mundo todo tem aumentado significativamente o uso de políticas de localização a fim de proteger suas indústrias locais e discriminar contra a concorrência estrangeira. A carta também aponta que empresas norte-americanas estão enfrentando políticas protecionistas em vários mercados importantes. Elas abrangem requisitos de transferência de tecnologia, discriminação com base na origem ou direito de propriedade intelectual, exigências de conteúdo local para ambas as aquisições governamentais e do setor privado, exigências de propriedade locais, desvantagem no acesso ao mercado para vendedores online estrangeiros, requisitos quantitativos de contratação local, restrições à importação sobre o fluxo transfronteiriço de dados, entre outros.

O Conselho de Exportação pediu ao presidente Obama para tornar o combate às políticas de localização uma prioridade de sua política externa e comercial. O Conselho expressou também o seu apoio à criação da Força Tarefa para Assuntos de Conteúdo Local. Na carta, o Conselho recomendou ao governo norte-americano a



utilizar a Força Tarefa para aproximar países que partilham as mesmas preocupações a fim de desenvolver um mecanismo formal para poder abordar esta nova tendência no comércio internacional. O Conselho cita a Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP) como uma oportunidade para o governo norte-americano desenvolver uma estratégia-quadro com a cooperação de vários outros países para evitar o impacto negativo das políticas de localização, não só para as exportações americanas, mas para a economia global em geral.